

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº 938

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2005 e dá outras providências.

Ailton Laudelino Andrade, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Angelina, para o exercício de 2005, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2002/2005;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2005 a 2007, de que trata o Art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, estão identificadas no **ANEXO I** desta lei.

Art. 3º - É facultado ao Poder Executivo, até o exercício de 2005, conforme previsto no art. 63 da Lei Complementar 101/2000, o desdobramento das metas fiscais em metas quadrimestrais, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º da mesma lei.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2005, são aquelas definidas e demonstradas no **ANEXO II** desta lei. (ART. 165, § ° da CF).

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2005 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no **ANEXO II** desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2005, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2005 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º - A Lei Orçamentária para 2005 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/1985);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 3, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo 3, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/1985);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/1964 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/1964 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/1964 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/1985);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamentos, denominada QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que serão geradas em 2005 com indicação das medidas de compensação. Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/1964;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais, Investimentos das empresas e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2004. (Art. 5º, III)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2004. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º - Os Orçamentos das Autarquias e Fundações (e Fundos para quem os considera Unidade Gestora) que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, poderá ser detalhado em nível de elemento e alterado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e Não Arrecadados de 1999 a 2003, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza, dos exercícios de 1999 a 2003 e fixada para 2004 e 2005. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2001 a 2004; (Art. 20, 71 e 48 da LRF)

VI – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

VII – Demonstrativo dos Recursos Vinculados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT)

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2004; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2003, 2004 e 2005; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º - Os Orçamentos para o exercício de 2005 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas **em cada fonte**, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos.(ART. 1º, § 1º, 4º, I, “a” e 48 da LRF).

Art. 9º - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras em que estiverem vinculados, e essas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta Lei:

§ 1º – Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 10 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2005 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único – Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 11 - Se a receita estimada para 2005, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 12 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, **facultativamente até o exercício de 2005**, os Poderes Legislativo e

Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura.

Art. 13 – As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, em relação a Receita Corrente Líquida, programadas para 2005, poderão ser expandidas até 12%, tomando-se por base a mesma relação apurada no orçamento para 2004, conforme demonstrado no Anexo I desta Lei. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 14 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do **ANEXO III** desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2004.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15 – Os orçamentos para o exercício de 2005 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de

créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º. (Art. 5º, III, “b” da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2005, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações insuficientes.

Art. 16 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, se for o caso. (ART. 8º da LRF)

Art. 18 – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2005 com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º – Os recursos vinculados previstos no orçamento da receita, oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 2º - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 19 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2005, constantes do **ANEXO I** desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 20 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.(ART. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 21 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da Lei de Complementar 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93 devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 22 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo único – As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no **ANEXO IV** desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 23 – Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 24 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2005 a preços correntes.

Art. 25 – A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN Nº 163/2001.

Parágrafo Único – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a nível de Elemento, poderá ser feita por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal. (Art. 167, V da CF).

Art. 26 – Durante a execução orçamentária de 2005, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2004. (Art. 167, I da CF)

Art. 27 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc. (Art. 4º, I, “e” da LRF)

Parágrafo Único – Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, “e” da LRF)

Art. 28 – Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2005 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, “e” da LRF)

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29 – A Lei Orçamentária de 2005 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 30 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 31 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 28 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 11 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI– DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2005, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras,

corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2005.

Art. 33 – Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2005, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2004, acrescida de até 10% (dez por cento), obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente. (ART. 71 da LRF)

Art. 34 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 35 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

- I** – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II** – eliminação das despesas com horas extras.
- III** – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV** – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Angelina, ou ainda, atividades próprias da Administração

Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 38– Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 39 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2004.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2005, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2004, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 41 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42 – O Executivo Municipal está autorizado a firmar Convênios, após aprovação da Câmara Municipal, com o Governo Federal e Estadual através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta para a realização de obras e serviços de competência ou não do Município.

Art. 43 – O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos judiciais ou extra-judiciais, desde que resguardado o interesse publico.

Art. 44 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Angelina/SC, 21 de outubro de 2004.

Ailton Laudelino Andrade
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

ANEXO DE METAS FISCAIS – Art. 4º § 1º da LRF						
ESPEFICICAÇÃO	METAS ANUAIS					
	2004		2005		2006	
	VALOR		VALOR		VALOR	
	Corrente	Constante	Corrente	Constante	Corrente	Constante
1. RECEITA	4.300	3.800	4,945	4.800	5.686	5.500
2. DESPESAS	3.795	3.690	4.364	3.900	5.018	4.870
3. RESULTADO PRIMARIO	438	320	503	350	578	420
4. RESULTADO NOMINAL	-245	-160	-281	-245	-230	-100
5. MONTANTE DA DÍVIDA	435	350	300	270	280	180

Anexo I.1

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR – Art. 4º § 2º LRF				
ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS PARA 2002	METAS REALIZADAS PARA 2002	VARIACAO	
			VALOR	%
1. RECEITA	3.903	3.925	22	0,5
2. DESPESAS	3.836	3.703	-133	-3,4
3. RESULTADO PRIMARIO	61	151	90	147,5
4. RESULTADO NOMINAL	-197	-64	-133	-132,4
5. MONTANTE DA DÍVIDA	263	321	58	22,0
NOTAS DE AVALIAÇÃO				
1. RECEITA: Alcançou a meta prevista				
2. DESPESA: Não alcançou a meta prevista: para ajustar-se ao fluxo de caixa; necessidade de produzir economia orçamentária				
3. RESULTADO PRIMÁRIO: Ultrapassou a meta prevista em 147,5% devido à economia orçamentária realizada no exercício para o pagamento dos restos a pagar do exercício de 2001.				
4. RESULTADO NOMINAL: Não ultrapassou a meta prevista em razão da não realização da operação de crédito programado, liquidação, de toda dívida de longo prazo, reestabelecimento do equilíbrio de caixa encerrando o exercício com superávit financeiro expressivo, motivado pela acumulação, de recursos do Instituto de Previdência.				
5. MONTANTE DA DÍVIDA: Ultrapassou a meta prevista em razão da realização das operações de crédito programadas.				

Anexo I.2

COMPARATIVO DAS METAS FIXADAS NOS ULTIMOS TRÊS – Art. 4º § 2º, II da LRF

ESPECIFICACAO	2001	2002	%	2003	%	2004	%
1. RECEITA	3.172	3.925	23,3	4.898	24,7	4.300	-13,9
2. DESPESAS	3.041	3.703	21,7	4.548	22,8	3.795	-19,8
3. RESULTADO PRIMARIO	185	151	-18,3	253	67,5	438	73,1
4. RESULTADO NOMINAL	-10	-64	84,3	-69	7,8	-245	255,0
5. MONTANTE DA DÍVIDA	100	321	221,0	100	221,0	435	335,0

Anexo I.2.1

META FISCAL DE RECEITA – LDO PARA 2004

Art. 4º, § 2º, II da LRF

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

R\$1,00

RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ANEXO 2 DA LEI 4.320/64		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	3.172.000,00
1100.00.00	Receita Tributária	136.500,00
1110.00.00	Impostos	105.000,00
1112.00.00	Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	67.000,00
1112.02.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	32.000,00
1112.04.00	Imposto s/a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	35.000,00
1112.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	34.000,00
1112.04.34	IRRF sobre Outros Rendimentos	1.000,00
1112.08.00	Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos" de bens	
	Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	20.000,00
1113.00.00	Imposto sobre a Produção e Circulação	18.000,00
1113.05.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	18.000,00
1120.00.00	Taxas	31.500,00
1121.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	24.500,00
1121.25.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos	
	Comerciais, Industriais e Prestadoras de Serviços.	23.500,00
1121.29.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	1.000,00
1122.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	7.000,00
1122.05.00	Taxa de Coleta de Lixo	6.000,00
1122.28.00	Taxa de Cemitérios	1.000,00
1200.00.00	Receita de Contribuições	83.000,00
1210.00.00	Contribuições Sociais	1.000,00
1210.29.00	Contribuições Previdenciárias	1.000,00
1210.29.09	Contribuição do Servidor Inativo Civil	1.000,00
1220.00.00	Contribuições Econômicas	82.000,00
1220.22.32	Petróleo ou Gás – Em Plataforma	16.000,00
1220.29.00	Contribuição Custeio Serviço Iluminação Pública	66.000,00
1300.00.00	Receita Patrimonial	11.000,00
1310.00.00	Receitas Imobiliárias	1.000,00
1311.00.00	Aluguéis	1.000,00
1311.02.00	Aluguéis de Centros Esportivos	1.000,00
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	10.000,00
1325.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	10.000,00
1325.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	4.000,00
1325.01.02	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos	

	Vinculados do FUNDEF	3.000,00
1325.01.99	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	1.000,00
1325.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários não Vinculados	6.000,00
1325.02.99	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não Vinculados	6.000,00
1400.00.00	Receita Agropecuária	10.000,00
1490.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	10.000,00
1600.00.00	Receita de Serviços	28.200,00
1600.03.00	Serviços de Transporte	1.200,00
1600.03.01	Serviços de Transporte Rodoviário	1.200,00
1600.13.00	Serviços Administrativos	15.000,00
1600.45.00	Serviços de Preparação de Terra em Propriedades Particulares	12.000,00
1700.00.00	Transferências Correntes	2.875.300,00
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	2.539.300,00
1721.00.00	Transferências da União	1.678.250,00
9721.01.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - Transf. União	290.250,00
1721.01.00	Participação na Receita da União	1.624.650,00
1721.01.02	Cota-Parte do F.P.M.	1.909.000,00
9721.01.02	Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - FPM	286.350,00
1721.01.05	Cota-Parte do I.T.R.	2.000,00
1721.09.00	Outras Transferências da União	22.100,00
1721.09.01	Transferência Financeira - L.C. nº 87/96	26.000,00
9721.09.01	Dedução para Formação do FUNDEF - LC Nº 87/96	3.900,00
1721.35.00	Transf. de Recursos do FNDE	31.500,00
1721.35.01	Programa Dinheiro Direto na Escola	1.500,00
1721.35.02	Merenda Escolar – PNAE	30.000,00
1722.00.00	Transferências dos Estados	861.050,00
1722.01.00	Participação na Receita dos Estados	841.050,00
9722.01.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - Trans. Estados	136.950,00
1722.01.01	Cota-Parte do ICMS	878.000,00
9722.01.01	Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - ICMS	131.700,00
1722.01.02	Cota-Parte do IPVA	65.000,00
1722.01.04	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	35.000,00
9722.01.04	Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - IPI Exportação	5.250,00
1722.01.30	Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	20.000,00
1724.00.00	Transferências Multigovernamentais	330.000,00
1724.01.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	330.000,00
1750.00.00	Transferências de Pessoas - FIA	1.000,00
1760.00.00	Transferências de Convênios	5.000,00
1762.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e suas Entidades	5.000,00
1762.02.00	Convênio SSP/Trânsito	5.000,00
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	28.000,00
1910.00.00	Multas e Juros de Mora	10.000,00
1911.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	4.000,00

1911.38.00	Multas e juros de mora do IPTU	1.000,00
1911.40.00	Multas e juros de mora do ISS	1.000,00
1911.99.00	Multas e juros de mora de outros Tributos	2.000,00
1913.00.00	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa dos Tributos	6.000,00
1913.11.00	Multas e juros de mora da Divida Ativa do IPTU	3.000,00
1913.13.00	Multas e juros de mora da Divida Ativa do ISS	1.000,00
1913.99.00	Multas e juros de mora da Divida Ativa de outros Tributos	2.000,00
1930.00.00	Receita da Dívida Ativa	8.000,00
1931.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	6.000,00
1931.11.00	Receita da Dívida Ativa do IPTU	5.000,00
1931.13.00	Receita da Dívida Ativa do ISS	1.000,00
1932.00.00	Receita da Dívida Ativa não Tributária	2.000,00
1932.99.00	Receita da Dívida Ativa Tributária de Outros Tributos	2.000,00
1990.00.00	Receitas Diversas	10.000,00
1990.99.00	Outras Receitas	10.000,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	436.000,00
2100.00.00	Operações de Crédito	
2110.00.00	Operações de Crédito Internas	
2119.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	
2200.00.00	Alienação de Bens	20.000,00
2217.00.00	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos não Vinculados	20.000,00
2400.00.00	Transferências de Capital	316.000,00
2470.00.00	Transferências de Convênios	316.000,00
2471.00.00	Transferência de Convênios da União e suas Entidades	216.000,00
2471.01.00	Convênio Ministério da Agricultura/PRONAF	100.000,00
2472.00.00	Transferência de Convênios dos Estado e suas Entidades	100.000,00
2472.01.00	Convênio DETER	
2472.02.00	Convênio Secretaria de Estado da Saúde	
2472.03.00	Convênio Secretaria de Estado da Educação	100.000,00
2472.04.00	Convênio Secretaria de Estado dos Transportes e Obras	
2472.05.00	Convênio Secretaria de Estado da Fazenda	
2472.06.00	Convênio Secretaria de Estado da Agricultura	
	SOMA	3.608.000,00

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ANGEPREV

R\$1,00

RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ANEXO 2 DA LEI 4.320/64		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO

1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	350.800,00
1200.00.00	Receita de Contribuições	210.800,00
1210.00.00	Contribuições Sociais	210.800,00
1210.29.00	Contribuições Previdenciárias	210.800,00
1210.29.01	Contribuições Patronais - Ativo Civil	135.000,00
1210.29.03	Contribuição Patronal - Inativo Civil	2.500,00
1210.29.05	Contribuição Patronal - Pensionista Civil	100,00
1210.29.07	Contribuição do Servidor Ativo Civil	73.000,00
1210.29.09	Contribuição do Servidor Inativo Civil	100,00
1210.29.11	Contribuição do Servidor Pensionista Civil	100,00
1300.00.00	Receita Patrimonial	140.000,00
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	140.000,00
1325.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	140.000,00
1325.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	140.000,00
1325.01.04	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos	
	Vinculados – RPPS	140.000,00
	SOMA	350.800,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

R\$1,00

RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ANEXO 2 DA LEI 4.320/64		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	272.900,00

1100.00.00	Receita Tributária	6.500,00
1110.00.00	Impostos	6.500,00
1112.00.00	Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	5.500,00
1112.04.00	Imposto s/a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	5.500,00
1112.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	5.000,00
1112.04.34	IRRF sobre Outros Rendimentos	500,00
1113.05.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.000,00
1300.00.00	Receita Patrimonial	2.000,00
1325.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	2.000,00
1325.01.03	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados do Fundo Municipal de Saúde.	2.000,00
1700.00.00	Transferências Correntes	264.000,00
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	264.400,00
1721.00.00	Transferências da União	264.400,00
1721.33.00	Transf. de Recursos do Cesta. Único de Saúde - SUS - FMS	264.400,00
1721.33.01	Transferências PAB	57.500,00
1721.33.02	Transferências PSF	145.200,00
1721.33.03	Transferências PACS	43.200,00
1721.33.04	Transferências Farmácia Básica	5.600,00
1721.33.05	Transferências C. Nutrício	
1721.33.06	Transferências Vigilância Sanitária	1.400,00
1721.33.07	Transferências PPI-ECD	11.500,00
1723.00.00	Transferências dos Municípios	
1723.01.99	Outras Transferências dos Municípios	
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00
2200.00.00	Alienação de Bens	5.000,00
2210.00.00	Alienação de Bens Móveis	5.000,00
2216.02.00	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos do Fundo Municipal de Saúde	5.000,00
2400.00.00	Transferências de Capital	
2470.00.00	Transferências de Convênios	
2473.00.00	Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades	
	SOMA	277.900,00

UNIDADE GESTORA : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

R\$1,00

RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ANEXO 2 DA LEI 4.320/64		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	64.000,00
1700.00.00	Transferências Correntes	64.000,00

1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	64.000,00
1721.34.00	Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS	64.000,00
	SOMA	64.000,00

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO EMPREGADA

1. O estudo para estimativa das receitas levou em consideração as variáveis capazes de afetar cada uma das fontes de recursos, como índice de inflação, crescimento econômico, crescimento populacional, alteração da legislação tributária, recadastramento imobiliário, intensificação da fiscalização, incentivos fiscais, aperfeiçoamento da máquina arrecadadora, etc.
2. Para projeção das receitas tributárias, por exemplo, levou-se em consideração: o crescimento nominal médio anual de 17% nos últimos cinco exercícios dessa fonte de recursos; a planta de valores será corrigida pela variação do INPC a exemplo do ocorrido nos últimos anos; a legislação tributária não sofrerá alterações; os incentivos fiscais não serão modificados; O trabalho de fiscalização é considerado satisfatório.
3. Exemplo de memória e metodologia de cálculo para estimativa das Receitas Tributárias.

ARRECADAÇÃO	VARIAÇÃO
1998 – R\$ 98.700	-
1999 – R\$ 102.900	4%
2000 – R\$ 117.200	14%
2001 – R\$ 124.000	6%
2002 – R\$ 182.000	47%
VARIAÇÃO MÉDIA	17%

- ARRECADAÇÃO 2002 – R\$ 182.000
- DECRÉSCIMO 1,4% - R\$ -2.500
- PROJEÇÃO 2003 - R\$ 179.500
- DECRÉSCIMO 10% - R\$ -36.500
- PREVISÃO 2003 - R\$ 143.000

Anexo I.2.2

META FISCAL DE DESPESA – LDO PARA 2004

Art. 4º, § 2º, II da LRF

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2004
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA	

001	PROCESSO LEGISLATIVO	227.379
002	GESTÃO ADMINISTR. SUPERIOR	140.000
003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	300.000
004	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	900.000
005	ESPORTE É VIDA	50.000
006	MAIS SAÚDE	630.000
007	SANEAMENTO BÁSICO	
008	CAPTAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL	10.000
009	ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000
010	RETRANSMISSÃO DE SINAIS DE TV	10.000
011	MORAR MELHOR	60.000
012	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	191.000
013	ESTRADAS VICINAIS	580.000
014	URBANIZAÇÃO DE VIAS	100.000
015	TERMINAL RODOVIÁRIO	
016	PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO	310.000
017	ANGELINA TURISMO	10.000
018	FORTALEC. DO MUNICIPALISMO	30.000
000	ENCARGOS ESPECIAIS	152.000
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	199.521
	SOMA	3.949.900
	UNIDADE GESTORA ANGEPREV	
019	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	45.000
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	305.800
	SOMA	350.800
	TOTAL	4.300.700

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

O estudo para definição das prioridades e metas para 2004 levou em consideração os seguintes aspectos:

1. Os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual;
2. O volume de recursos previstos para 2004;
3. Os custos de operação e manutenção dos serviços já criados;
4. A geração de despesas oriundas da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;
5. O crescimento nominal dos gastos com ações continuadas nos últimos três exercícios;
6. A inflação projetada para 2004, medida pela variação do INPC, estimada em 7,0%;
7. O custo unitário das diversas obras priorizadas para 2004, conforme memorial descritivo, orçamento ou revistas especializadas.

Anexo I.2.3

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO – LDO PARA 2004

Art. 4º, § 2º, II da LRF

		R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO		2004
1. RECEITA TOTAL		4.300.700
(-) Rendimentos de Aplicações		152.000
(-) Operações de Crédito		
(-) Amortização de Empréstimos		
(-) Receitas de Privatizações		
(-) Anulação de Restos a Pagar		
RECEITA LÍQUIDA I		4.148.700
2. DESPESA TOTAL		4.300.700
(-) Encargos da Dívida		30.000
(-) Aquis. de Tít. Cap. já integralizado		
(-) Concessão de Empréstimos		
(-) Amortização de Dívida		55.000
(-) Reserva para Superávit		505.320
DESPESA LÍQUIDA II		3.710.380
3. RESULTADO PRIMÁRIO I – II		438.320

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

1. Os dados de receita e despesa foram extraídos das metas fiscais de receitas e despesas;
2. O cálculo da Meta de Resultado Primário obedece metodologia estabelecida pelo Governo Federal e orientada pela STN através da Portaria nº 560/2001.

Anexo I.2.4

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL – LDO PARA 2004

Art. 4º, § 2º, II da LRF

			R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO		2003	2004

SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA	291.000	435.000
(-) DISPONIBILIDADE DE CAIXA	191.000	200.000
(-) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	820.000	1.200.000
(-) DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS	18.000	18.000
(=) SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-738.000	-983.000
(+) Receita de Privatizações		
(-) Passivos Reconhecidos		
(=) SALDO DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(SDFL)	-738.000	-983.000
RESULTADO NOMINAL (RN)		-245.000

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

1. Os dados sobre Saldo da Dívida Consolidada foram projetados considerando o estoque da Dívida, os financiamentos e amortizações programadas;
2. A Disponibilidade de Caixa para o final de 2003 foi projetada com base no comportamento da execução orçamentária verificado até o momento, e para 2004, foi considerado o Superávit Orçamentário, expresso na conta Reserva de Contingência;
3. O cálculo da Meta de Resultado Nominal obedece a metodologia estabelecida pelo Governo Federal e orientada pela STN através da Portaria nº 560/2001.

$RN\ DE\ 2004 = SDFL\ DE\ 2004 - SDFL\ DE\ 2003 = (-)\ 983.000 - (-)738.000 = (-)\ 245.000$

Anexo I.2.5

META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA – LDO PARA 2004

Art. 4º, § 2º, II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	R\$ 1,00	
	2004	LIMITE 50% RCL
1. INSS	320.027	
2. BADESC	112.275	
3. FGTS	2.628	
4. PASEP	0,00	
TOTAIS	435.000	1.824.450

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

As metas fiscais – montante da dívida consolidada para os exercícios de 2004, levou em consideração o limite de endividamento estabelecido na LDO, o estoque da dívida projetado para o final do exercício de 2003, os novos financiamentos e amortizações programadas para 2004.

Anexo I.3

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Art. 4º, § 2º, III da LRF					
				R\$ 1.000,00	
ENTIDADES	2000	2001	%	2002	%
PREFEITURA	389	856	120,0	1.466	71,2
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	81	257	217,2	434	68,8
TOTAIS	470	1.113	136,8	1.900	70,7
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS - Art. 4, p 2,III da LRF					
ORIGEM	2000	2001	2002		
Saldo do Exercício Anterior	Zero	Zero	Zero		
Alienação de Veículos Inservíveis		5	2		
SOMA		5	2		
APLICAÇÃO					
Aquisição de novos Veículos/Equipamentos		4	0		
Saldo para o Exercício Seguinte			2		

Anexo I.4

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPP - Art. 4º, § 2º, IV da LRF					
ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	%	2002	%
Receita	84	184	119,0	191	3,8
Despesa	2	8	400,0	14	75,00
Disponibilidade Financeira	82	257	213,4	434	68,87
Percentual de Contribuição	23,35%	27,65%	-	28,47	-

Anexo I.5

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA E DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARATER CONTINUADO Art. 4º, § 2º, V da LRF
--

EVENTOS		ESTIMATIVA		
		2003	2004	EXPANSÃO
1.	Renúncia de Receita	14,5	zero	Zero
2.	Despesa Obrigatórias de Caráter Continuado	2.319	2.666	15,00%
3.	RCL	3.259	3.649	11,96%
4.	Impacto Renúncia Receita na RCL (1/3)	0,59	zero	zero
5.	Impacto das DOCC (2/3)	49,95	73,06	46,26%
6.	Compensação para enuncia da Receita (*)	zero	zero	zero
7.	Compensação para DOCC	266	zero	zero

ANEXO III

RISCOS FISCAIS

LRF, ART. 4º, § 3º.

		R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS		2004

UNIDADE GESTORA PREFEITURA	
01. Passivos Contingentes	30.000
1.1. Reclamações Trabalhistas	20.000
1.2. Ações Indenizatórias	10.000
02. Outros Riscos Fiscais	170.000
2.1. Intempéries	60.000
2.2. Frustração na Cobrança da Dívida Ativa	20.000
2.3. Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor	90.000
SOMA	200.000
UNIDADE GESTORA ANGEPREV	
1. Passivos Contingentes	50.000
1.1. Reclamações de Proventos	50.000
2. Outros Riscos Fiscais	255.000
2.1. Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor	255.000
SOMA	305.000
TOTAIS	505.000

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DA PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OBRAS EM ANDAMENTO E CUSTOS PROGRAMADOS P/ CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Art. 45 da LRF

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO	CUSTO
OBRAS EM ANDAMENTO	
1. Conclusão da 2ª etapa da Escola Núcleo de Rio Novo	110.000
2. Conclusão da Agroindústria de Laticínios de Barra Clara	40.000
<u>CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO</u>	
1. Reforma de Quadras de Esportes	30.000
2. Reforma e Ampliação do Posto de Saúde de Barra Clara	20.000
TOTAL	200.000